



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (CSPCCO)

PROJETO DE LEI Nº 3.853, DE 2019

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para autorizar a aquisição, por residente em área rural, de uma arma de fogo de uso permitido.

Autor: Senador Wilder Morais

Relator: Deputado Delegado Paulo Bilynskyj - PL/SP

I - RELATÓRIO:

O Projeto de Lei nº 3.853, de 2019, proposto pelo Senador Wilder Morais, visa alterar a Lei nº 10.826 (Estatuto do Desarmamento), de 22 de dezembro de 2003, com o objetivo de “autorizar a aquisição, por residente em área rural, de uma arma de fogo de uso permitido”.

O presente projeto foi submetido à revisão da Câmara dos Deputados e distribuído às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados RICD).

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou, com emenda, o parecer do Relator Deputado Tião Medeiros (PP-PR), que propôs suprimir a palavra “uma” da ementa e do § 9º do art. 4º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, acrescido pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 3.853, de 2019.

A justificativa do projeto de lei fundamenta-se na proteção constitucional do direito à legítima defesa, própria e de terceiros, especialmente diante da inegável limitação do Estado em prover segurança pública em tempo integral, notadamente em áreas de difícil acesso e afastadas dos centros urbanos e dos postos policiais. A zona rural exige, portanto, normatização diferenciada para que o cidadão possa preservar sua integridade e de sua família.

O texto ressalta que “o disposto na proposição não se confunde com o previsto no §5º do art. 6º do Estatuto do Desarmamento, que permite a aquisição de arma de caça aos maiores de 25 anos habitantes da zona rural. O Projeto de Lei em análise é voltado à





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

aquisição de armas permitidas de uma maneira geral, voltadas à defesa pessoal, e depende do respeito aos rigorosos requisitos estipulados no art. 4º. Já a disposição do art. 6º, §5º, é voltada somente para armas voltadas à caça de subsistência, de menor letalidade, pelo que depende de requisitos menos rigorosos”.

A matéria foi despachada, em regime de tramitação prioritária (Art. 151, II, RICD), sujeito à apreciação conclusiva das comissões (Art. 24, II, RICD).

Aberto o prazo regimental não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR:

Nos termos do art. 32, inciso XVI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado emitir parecer sobre o matérias relacionadas ao combate à violência rural, à comercialização e o controle de armas de fogo e a legislação penal e processual penal, dentre outras atribuições correlatas.

Inicialmente, observa-se que a proposição legislativa harmoniza-se com os preceitos constitucionais que regulam a competência privativa da União para legislar sobre matéria penal e processual, bem como com as atribuições do Congresso Nacional e a legitimidade da iniciativa parlamentar, nos termos do art. 22, inciso I, combinado com os arts. 48 e 61 da Constituição Federal.

Ressalte-se, ademais, que a matéria objeto da proposição reveste-se das características essenciais que qualificam o ato normativo, tais como a inovação na ordem jurídica, a abstratividade, a generalidade, a imperatividade e a coercibilidade, revelando-se compatível com os princípios jurídicos vigentes e com o arcabouço normativo pátrio.

A Constituição Federal, que em seu art. 144, estabelece que “a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”. Quando o Estado, por suas limitações estruturais, não consegue prover segurança em determinadas regiões, como ocorre em grande parte do meio rural brasileiro, deve-se reconhecer ao cidadão o direito à autodefesa, em especial da sua vida e patrimônio, conforme garantido nos incisos II e XXII do art. 5º da Carta Magna.

Em análise de mérito, observa-se que a proposta reveste-se de grande relevância jurídica, social e institucional, por atender a uma demanda concreta da população residente em áreas rurais, onde o acesso aos mecanismos estatais de segurança pública é extremamente limitado ou inexistente.

Adicionalmente, conforme oportunamente destacado no parecer aprovado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, não se pode olvidar que a presente proposição reveste-se de inequívoco mérito, ao refletir um anseio social que remonta ao plebiscito realizado em 2005, ocasião em que 63% da população





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

brasileira manifestou-se favoravelmente à manutenção do comércio legal de armas de fogo.

A Lei nº 10.826/2003 prevê, em seu §5º do art. 6º, a possibilidade de concessão de registro para arma de fogo de uso permitido, destinada à caça de subsistência, para residentes da zona rural com mais de 25 anos. O projeto ora analisado não revoga ou conflita com essa norma, mas amplia a autorização, permitindo a aquisição de arma de fogo de uso permitido para defesa pessoal, desde que respeitados os requisitos do art. 4º.

Portanto, conclui-se que a emenda supressiva apresentada está em plena compatibilidade com o ordenamento jurídico vigente, preservando o rigor dos mecanismos de controle legal, na medida em que mantém a exigência dos mesmos critérios técnicos e psicológicos atualmente aplicáveis às aquisições regulares de armas de fogo de uso permitido.

Ademais, ao viabilizar o acesso lícito ao armamento, a proposta contribui para o fortalecimento da segurança jurídica e do respeito à legalidade, desencorajando condutas desviantes que, na busca de um direito reconhecido constitucionalmente – qual seja, o direito à legítima defesa –, poderiam recorrer a vias paralelas ou ilegais.

Especificamente em relação à situação da segurança pública nas zonas rurais, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024¹ revela tendências alarmantes no que se refere à criminalidade nessas regiões. Ao se analisar a natureza predominante dos crimes no meio rural, identificam-se, majoritariamente, os delitos de homicídio, latrocínio (roubo seguido de morte) e lesão corporal seguida de morte.

Tal cenário revela-se ainda mais preocupante diante da ausência de políticas públicas efetivas voltadas ao campo, bem como da incidência de fatores agravantes, como a pobreza extrema, a desigualdade socioeconômica, os conflitos fundiários e pela posse de recursos naturais. Não obstante, cumpre salientar que, embora tais elementos possam potencializar o ambiente propício à criminalidade, não constituem, por si sós, os únicos determinantes da violência nas zonas rurais, sendo o fenômeno multifatorial e complexo.

Nesta perspectiva, é imperioso destacar a relevância de que esta Casa Legislativa se mantenha atenta e comprometida com as demandas que emergem das zonas rurais, promovendo a elaboração de proposições normativas que efetivamente contribuam para o fortalecimento e a proteção da população do campo, que tanto colabora para desenvolvimento nacional. É sempre importante destacar que a insuficiência de infraestrutura voltada à segurança pública, o isolamento geográfico e as dificuldades de acesso ao sistema de justiça constituem fatores que agravam significativamente a vulnerabilidade das comunidades rurais frente às dinâmicas criminais que nelas se instauram.

Ante o exposto, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei 3.853, de 2019, e da emenda apresentada na CAPADR.

¹<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

Sala da Comissão, em 08 de abril de 2025.

Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ
Relator.

Apresentação: 09/04/2025 14:54:36.847 - CSPCCO
PRL 1 CSPCCO => PL 3853/2019 (Nº Anterior: PLS 224/2017)

PRL n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258072751100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegado Paulo Bilynskyj



CD258072751100